

## ANTROPOLOGIA DA MORTE: METODOLOGIAS PLURAIS E AS POSSIBILIDADES EM CAMPO

### ANTHROPOLOGY OF DEATH: PLURAL METHODOLOGIES AND POSSIBILITIES IN THE FIELD

#### RESUMO

O artigo trata da Antropologia da Morte, focando nas metodologias plurais para investigar as complexas experiências humanas em torno do fenômeno da morte em diferentes contextos. O estudo concentra-se na seleção de metodologias sensíveis às nuances culturais e capazes de capturar a complexidade das práticas, rituais e crenças relacionadas à morte, enfrentando as barreiras éticas e epistemológicas inerentes a esse campo de estudo. Explorar as metodologias adequadas para estudá-la é crucial para ampliar nosso entendimento sobre as diversas formas como as sociedades lidam com esse fenômeno. Nos questionamos: como escolher metodologias que respeitem as variantes culturais e capturem as multiplicidades das experiências humanas em torno da morte, superando as barreiras éticas e epistemológicas ao lidar com um tema tão sensível e pessoal? Nosso objetivo é explorar metodologias plurais utilizadas no âmbito da Antropologia da Morte, identificando abordagens que possam enriquecer nosso entendimento sobre o fenômeno da morte em diferentes contextos. Para isso, adotamos uma abordagem pluridisciplinar, utilizando como exemplo duas pesquisas realizadas no âmbito de dois mestrados acadêmicos em instituições federais brasileiras, nas quais técnicas como observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise de documentos são utilizadas para acessar o universo simbólico que envolve o perecimento da vida. A pesquisa destaca a importância da reflexão crítica e do respeito às diversidades culturais ao estudar o tema, contribuindo para uma maior compreensão e respeito à abundância de experiências em torno do morrer e pela heterogeneidade das experiências humanas no tocante à morte.

**Palavras-chave:** metodologia de pesquisa; etnografia; análise documental; medicina-legal; pluridisciplinaridade.

1 Doutorando em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB). Mestre em Antropologia. Licenciado em Ciências Sociais.

E-mail: renaldogomes@live.com.

2 Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS/USP). Mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPArque/Univasf). Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

E-mail: dias.valentina@outlook.com.

## ABSTRACT

The article deals with the Anthropology of Death, focusing on plural methodologies to investigate the complex human experiences around the phenomenon of death in different contexts. The study focuses on the selection of methodologies sensitive to cultural nuances and capable of capturing the complexity of practices, rituals and beliefs related to death, facing the ethical and epistemological barriers inherent in this field of study. Exploring the appropriate methodologies to study it is crucial to broaden our understanding of the various ways societies deal with this phenomenon. We ask ourselves: how to choose methodologies that respect cultural variants and capture the multiplicity of human experiences around death, overcoming the ethical and epistemological barriers when dealing with such a sensitive and personal theme? Our goal is to explore plural methodologies used in the scope of Anthropology of Death, identifying approaches that can enrich our understanding of the phenomenon of death in different contexts. For this, we adopted a multidisciplinary approach, using as an example two researches carried out within the scope of two academic masters in Brazilian federal institutions, in which techniques such as semi-structured interviews and document analysis are used to access the symbolic universe that involves the perishing of life. The research highlights the importance of critical reflection and respect for cultural diversity when studying the subject, contributing to a greater understanding and respect for the abundance of experiences around dying and the heterogeneity of human experiences regarding death.

**Keywords:** Research methodology; Ethnography; Documentary analysis; Legal Medicine; Pluridisciplinarity.

## INTRODUÇÃO

A morte é uma experiência inexorável, mas a maneira como diferentes culturas a compreendem e enfrentam varia significativamente. Nessa perspectiva, abordando sobre os métodos antropológicos, este artigo destaca dois estudos que oferecem perspectivas únicas sobre a morte. Enquanto, no primeiro estudo, os métodos etnográficos apresentam as perspectivas sobre a morte e os rituais elaborados em razão do acontecimento; o segundo estudo traz uma análise minuciosa sobre casos de morte documentados pelo Instituto Médico Legal (IML).

A Antropologia da Morte emerge como um campo interdisciplinar que investiga os diversos aspectos culturais, sociais e simbólicos relacionados ao fenômeno da morte e do morrer (Thomas, 1983), desafiando noções pré-concebidas sobre o acontecimento derradeiro dos indivíduos e, dessa forma, abrindo espaço para uma compreensão mais profunda das práticas funerárias, dos rituais de luto e das concepções sobre o *post mortem* em diferentes contextos culturais, onde “[...] cada indivíduo percebe a morte, a do outro, eventualmente a sua” (Thomas, 1983, p. 10). Nesse intento, a Antropologia da Morte oferece uma lente única por meio da qual podemos examinar como diferentes sociedades lidam com o inevitável ciclo da vida, do qual a morte, obviamente, é parte.

Não obstante, apesar do crescente interesse na Antropologia da Morte, ainda há lacunas significativas em nossa compreensão desse campo. A escassez de estudos que adotem abordagens plurais representa um desafio substancial para os pesquisadores. Nesse ínterim, nossos questionamentos pairam sobre: Como escolher as metodologias mais sensíveis às nuances culturais e capazes de capturar a complexidade das experiências humanas em torno da morte? Como podemos superar as barreiras éticas e epistemológicas que surgem ao lidar com um tema tão sensível e pessoal, regidas tanto pelas regras sociais como pelas legislações?

Diante disso, este artigo propõe-se a explorar as metodologias plurais que podem ser utilizadas na Antropologia da Morte, buscando identificar abordagens que possam ampliar nosso entendimento sobre o fenômeno da morte em diferentes contextos de pesquisa. Ao fazê-lo, esperamos contribuir para o desenvolvimento de um campo mais inclusivo e reflexivo, capaz de dar voz às diversas formas de compreender e vivenciar a morte.

A fim de responder ao objetivo proposto realizamos uma revisão abrangente da literatura sobre Antropologia da Morte, bem como de estudiosos que tratam da temática da morte e do morrer. A revisão nos permite mapear os principais debates teóricos, identificar lacunas na pesquisa e compreender as diferentes abordagens metodológicas utilizadas por estudiosos do campo. Sintetizamos nossas descobertas e *insights*, realizados durante os cursos de mestrado em Antropologia (PPGA/UFPB) e Arqueologia (PPArque/Univasf), em uma discussão ampla. Destacamos as contribuições de nossas pesquisas para o campo da Antropologia da Morte, bem como suas implicações mais amplas para a compreensão da diversidade e da condição humana.

O artigo está dividido em três seções. Inicialmente, após esta introdução, discutimos brevemente a respeito da morte, do ato de morrer e de práticas relacionadas ao acontecimento; por conseguinte, apresentamos diferentes perspectivas antropológicas a respeito desse tema.

Na segunda seção debatemos sobre como pensar a morte como objeto de estudo antropológico e demonstramos, em razão disso, dois exemplos de trabalhos realizados com esse tema. Em primeiro lugar, uma pesquisa etnográfica que se aproxima, em teor e métodos, dos estudos etnográficos dos cânones da antropologia. Mais adiante, trazemos um trabalho documental realizado a partir de laudos periciais do Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, o qual visou entender o padrão de indivíduos que adentraram aquele local. Realizamos uma contraposição entre as metodologias utilizadas nos trabalhos supracitados, apresentando, a partir desses casos, a maneira que diferentes métodos podem ser, de fato, aplicados em estudos alinhados à

Antropologia da Morte. Questionamos, então, o que é o trabalho antropológico, considerando a antiga discussão sobre a antropologia e a etnografia serem sinônimos ou não. Por fim, as considerações finais.

## **RABISCANDO METODOLOGIAS**

Os ritos fúnebres e as práticas mortuárias são manifestações da forma como uma comunidade lida com a morte, honra os mortos e consola os vivos. A compreensão desses ritos e práticas é um dos papéis da antropologia, ela analisa função, simbolismo e variações culturais que contribuem para (re)construção desses ritos. Um falecimento costuma ser acompanhado de diversos ritos e práticas mortuárias que, geralmente, seguem um padrão específico, embora possam variar amplamente de uma cultura para outra. O cuidado do corpo do falecido é um dos primeiros passos de uma sequência ritual que possui duração variável. Esses cuidados podem envolver rituais de limpeza/purificação, vestimenta especial e preparação para o enterro ou cremação (Pereira; Pereira, 2023).

Os funerais e cerimônias memoriais têm o objetivo de marcar a transição do falecido do mundo dos vivos para o Além (Gennep, 2011), além de proporcionar conforto e apoio emocional aos familiares e amigos. Essas cerimônias podem incluir discursos, cânticos, orações, rituais religiosos e gestos simbólicos, como o lançamento de flores ou a queima de incenso, conforme instituído pela comunidade ou religiosidade adotada pelo sujeito falecido ou seus familiares.

A antropologia emprega uma variedade de métodos para estudar os ritos fúnebres e práticas mortuárias. A observação participante é uma técnica comum, na qual os antropólogos se envolvem diretamente nos rituais e interagem com os participantes para compreender sua experiência e perspectivas (Guber, 2011; Turner, 2005). Entrevistas, análise de documentos e observação não participante para coletar dados sobre as crenças, valores e práticas relacionadas à morte também estão entre os métodos utilizados para construção de um trabalho antropológico.

Ao estudar os ritos fúnebres e práticas mortuárias, visamos descrever esses fenômenos e compreender seus significados culturais mais amplos. Exploramos como essas práticas são configuradas pelas crenças na imortalidade da alma e vida após a morte, pelas relações entre os vivos e os mortos e pelas estruturas sociais e hierarquias numa comunidade. Essa compreensão nos ajuda a refletir sobre nossas próprias atitudes em relação à morte e ao luto.

Isto posto, os rituais de luto e o luto costumam ocorrer após o falecimento e podem se estender por um período específico, durante o qual os membros da comunidade oferecem apoio emocional e prático aos enlutados. Esses

rituais podem incluir restrições alimentares, vestimentas específicas e/ou atividades cerimoniais regulares das mais variadas formas, segundo as normas instituídas pelas sociedades em que se desenvolvem. O luto é uma jornada complexa, de modo que a sua percepção e interpretação variam culturalmente; na perspectiva ocidentalizada, é uma travessia emocional que todos enfrentamos em algum momento de nossas vidas, não tem prazo definido nem um caminho único, ele é marcado por rituais e memórias que nos ajudam a elaborar e enfrentar a perda.

Segundo Soneghet e Menezes (2023), os ritos funerários são influenciados por normas sociais, de modo que, apesar de parecer um sentimento íntimo, a perda de um ente querido é, na verdade, uma questão social e sociológica. Do ponto de vista social, isso ocorre porque existem normas que garantem que os laços entre os envolvidos na perda sejam temporariamente enfraquecidos e, ao mesmo tempo, direcionados de maneira apropriada. Já sob o aspecto sociológico, esse fenômeno pode ser analisado com base em conceitos, como os de coesão social e solidariedade assinalados por Durkheim.

Utilizando como base o pensamento de Durkheim (2007, 1999), a morte pode ser entendida como um fato social, ou seja, um conjunto de formas de comportamento coletivo impostas coercitivamente pela sociedade. Espera-se, portanto, que os membros de uma comunidade ajam de determinada maneira diante da morte, sendo orientados por uma norma comum: a solidariedade. Assim, os ritos em torno da morte não são apenas expressões individuais de dor, mas formas coletivas de assegurar a coesão social e o compartilhamento de um sentimento comum.

Desde os funerais tradicionais até as cerimônias personalizadas, essas práticas fornecem estrutura e significado para aqueles que estão lidando com a perda, permitindo honrar o falecido, expressar nossos sentimentos e nos conectar com outras pessoas que compartilham nossa dor. Além dos rituais públicos, há os rituais privados que se constituem de pequenos gestos que fazemos para manter viva a memória daqueles que perdemos. Guardamos objetos pessoais, olhamos fotos, (re)visitamos lugares especiais e recordamos histórias compartilhadas. Essas atividades se tornam âncoras para nossa memória, conectando-nos ao passado e à pessoa que se foi.

A memória pode ser entendida como uma representação mental ou traço do que é lembrado, fortemente mediada pela variedade cultural. Hallam e Hockey (2001) apontam que existem conexões entre as crises da morte e a criação da memória, relacionando perda e recuperação. A morte atua como um incentivo profundo para lembrar, e o processo de morrer pode dar origem a novas memórias, com toda a sua complexidade material, desde o tratamento do corpo até rituais de visita ao túmulo.

A memória mantém viva as lembranças daqueles que perdemos, preservando sua identidade e legado. À medida que o tempo passa, nossas memórias podem se tornar mais suaves, mas nunca desaparecem completamente. Elas se transformam em preciosos tesouros que carregamos conosco ao longo da vida. No entanto, a memória também pode ser uma faca de dois gumes no luto. Às vezes, lembrar-se de momentos felizes pode trazer conforto, mas também pode evocar sentimentos de tristeza e saudade. Portanto, manter viva a memória da pessoa amada e lidar com a dor da perda pode ser uma situação muito delicada.

Para compreender melhor esse fenômeno tão complexo, é fundamental recorrer a metodologias antropológicas que nos permitam explorar o luto e a memória em suas múltiplas dimensões. Uma abordagem etnográfica, por exemplo, poderia envolver a imersão em comunidades enlutadas, participando ativamente de seus rituais e observando suas práticas e crenças, nos permitindo compreender como diferentes culturas e grupos sociais elaboram o luto e constroem suas memórias coletivas. Consoante a isso, existe uma discussão persistente sobre a correlação direta e interdependência entre a ciência antropológica e a etnografia.

Na concepção de Peirano (2014), a etnografia é o centro da antropologia, pois não há antropologia sem pesquisa empírica; nesse sentido, há dependência entre antropologia e etnografia, sendo a etnografia a ideia mãe da antropologia. A autora afirma que aprendemos com os autores clássicos que etnografia implica a recusa de uma orientação prévia e que, na verdade, etnografias não são retratos fiéis de uma realidade, mas formulações teórico-etnográficas, pois cada pesquisa transforma as concepções teóricas vigentes

A introdução do livro *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, do antropólogo Malinowski, é um texto fundamental para entender a formação e a aplicação do método etnográfico. Nesse trabalho, Malinowski estabelece três regras para o trabalho etnográfico:

- 1) a objetividade científica;
- 2) a imersão no campo, isto é, viver com os nativos; e
- 3) a escolha dos métodos de coleta de dados (Malinowski, 1978).

Nesse percurso, é enfatizada a necessidade de imergir no campo, ou seja, viver junto aos nativos, afastando-se de pessoas de seu convívio social. Para o autor, estar imerso em campo e distante do seu cotidiano é útil para se familiarizar com o grupo estudado porque, dessa forma, a ambientação e socialização se daria naturalmente (Malinowski, 1978). Noutras palavras, ao estar inserido naquele grupo, sem pessoas de fora para manter diálogo ou choque de realidades, o indivíduo passa a ser

um membro e se comunicar com aqueles que estão ao seu redor. Vale salientar que a imersão se faz útil para os dois lados, pois os nativos tendem a se acostumar com a presença do antropólogo, diminuindo o incômodo com a sua presença e tornando as descrições menos influenciadas pela presença de um agente externo.

É necessário, antes de qualquer incursão, conhecer as teorias previamente para levar consigo uma bagagem de conhecimento ao campo. O estudo teórico é parte essencial para a pesquisa etnográfica, entretanto, não significa dizer carregar preceitos, mas sim prefigurar problemas. Quanto aos métodos, é preciso construir esquemas da constituição social do grupo, destacar leis, normas e, posteriormente, escolher os dados mais relevantes (Malinowski, 1978). Para que isso seja feito, deve-se buscar descrever a princípio todos os fenômenos, sem até então classificá-los.

A análise simbólica pode ser uma ferramenta poderosa para desvendar o significado subjacente aos rituais de luto, pois ao examinar os símbolos, mitos e metáforas presentes nessas práticas, podemos identificar as maneiras pelas quais as pessoas atribuem sentido à morte e ao processo de luto. A análise simbólica nos ajuda a entender as crenças individuais e as estruturas culturais que moldam nossas respostas à perda.

Nos clássicos da antropologia, Geertz utiliza da antropologia interpretativa para a análise de sistemas simbólicos. Em vista disso, o conceito de cultura seria essencialmente semiótico, fundamentando-se no compartilhamento de ideias, assim, o autor define cultura como um sistema de símbolos e significados, “[...] um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras e instruções (a que os técnicos de computadores chamam de ‘programas’) para governar o comportamento” (Geertz, 1989, p. 32). Partindo dessa lógica, pode-se aplicar o conceito de símbolos e significados nos estudos relacionados à morte, principalmente ao entender a complexidade envolvida, e nas mudanças culturais existentes em ritos mortuários.

Para contextualizar as práticas contemporâneas de luto dentro de um quadro mais amplo de continuidade e transformação cultural, a abordagem histórica comparativa é a metodologia mais adequada, ao passo que nos permite traçar a evolução dos rituais de luto em diferentes tempos e contextos culturais, possibilitando a identificação de padrões e mudanças significativas na forma como as sociedades lidam com a morte e a memória.

O antropólogo Radcliffe-Brown (1978) afirma que, na antropologia social, a comparação contribui para explorar as diferentes formas da vida social, servindo como base para estudos teóricos dos fenômenos sociais humanos. Este é o método capaz de transformar o particular em geral, o geral em ainda mais amplo, para assim chegar no universal. Desse modo, ao se buscar características

e ritos mortuários presentes em diferentes sociedades humanas, este pode ser o método mais adequado.

A análise fenomenológica também pode servir para explorar as experiências subjetivas do luto e da memória, ao passo que, ao entrevistar indivíduos enlutados, o método nos ajuda a analisar suas narrativas pessoais, obtendo *insights* sobre como a perda afeta sua identidade, suas relações e seu sentido de si e do mundo ao seu redor.

Baseando-se na teoria de Schutz (1979), a fenomenologia é capaz de estudar a vida cotidiana. Desse modo, mesmo que os indivíduos sejam dotados de singularidades, estão atrelados ao mundo cotidiano, o qual existia como um local organizado desde antes do seu nascimento. Todavia, não é uma realidade estática. Há, na verdade, um estoque de conhecimento, o qual está em fluxo contínuo e se acumula as experiências vividas, e serve como um código interpretativo.

Desse modo, estudar a morte a partir da análise fenomenológica é entender esse fato como anterior a nossa existência, vivenciado e experimentado por outros, mas passível de nossa própria interpretação. Similarmente, cada ser humano tem a sua trajetória biográfica e uma situação biográfica determinada, em que há uma história e um ambiente físico e social.

## **A MORTE COMO OBJETO ANTROPOLÓGICO: ESTUDOS DE CASO**

A morte é a “[...] ausência total de experiência humana e de possibilidade de experiência humana” (Pereira, 2017, p. 2). Do mesmo modo, “antropologicamente, toda a experiência humana é apenas e só uma experiência de vida. Nesta nossa dimensão humana comum, nenhum ser humano pode saber o que a morte é, por experiência” (Pereira, 2017, p. 1).

A morte (do outro), como objeto de estudo da antropologia, pode ser abordada sob diversas perspectivas, configurando-se como um campo de pesquisa extenso. Por ser um fenômeno universal, manifesta-se de maneiras distintas em cada cultura. Assim, é possível explorar desde as práticas funerárias e as formas de lidar com o luto até as concepções sobre a vida após a morte, o papel da memória coletiva e a ancestralidade.

Ao tomá-la como objeto de estudo, os antropólogos devem equilibrar a perspectiva biológica com a simbólica, social e ritual. Dessa forma, a metodologia aplicada ao estudo da morte precisa ser sensível tanto à materialidade quanto aos signos e significados que lhe são atribuídos.

Oliveira (2021, p. 203) afirma que, no âmbito da antropologia, a morte é uma das experiências humanas fundamentais, sempre presente ao longo da vida,

representando o fim do ser humano em suas dimensões física, espiritual e social. Ela simboliza a conclusão da experiência transitória e histórica da vida humana. Nesse contexto, a morte é um evento único, que a pessoa tanto sofre quanto aceita, representando o último ato da liberdade humana e podendo ser vista como um marco que valida a existência.

Em resumo, conforme Pereira (2017, p. 1), “não há, pois, uma ‘experiência de morte’. Há uma experiência do ‘morrer’, que pode ser relatada. Relato de uma ‘experiência de morrer’, na forma da consciência”. Logo, se a morte se caracteriza pela ausência de possibilidade de qualquer experiência, considerando que quem passa por esse acontecimento não pode relatá-lo, então, como a morte pode ser pensada como objeto antropológico?

Considerando as ações empreendidas em razão do cessamento da vida, atos que podem ser observados, analisados, estudados etc., julgamos que a morte e o ato de morrer, sob o viés antropológico, podem ser estudados em diferentes pontos de vista. Os ritos funerários, o luto, o tratamento dado ao falecido, o tratamento no momento do cessamento da vida, as perspectivas subjetivas, coletivas, culturais e sociais. Destarte, o estudo da morte é também o estudo da sociedade, das culturas e das relações de troca e de poder imbuídas.

Dois estudos foram selecionados entre os trabalhos produzidos pelos autores para exemplificar diferentes modos de se estudar a morte. Em primeiro lugar, é apresentada uma etnografia realizada no povoado de Almas, semiárido cearense, no qual as relações estabelecidas entre vivos e mortos mediante uma oferta votiva resulta, de certa forma, em um contrato de reciprocidade em que os vivos depositam garrafinhas de água e outros objetos para os mortos e esperam, em contrapartida, que estes ajudem na resolução de problemas do cotidiano.

Em seguida, aborda-se a respeito de um trabalho documental feito no Departamento de Antropologia do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, em Salvador, Bahia. A morte, nesse trabalho, é consequência de relações que envolvem violência e perda de identidade, por se lidar com indivíduos, majoritariamente, não identificados. Assim, busca-se estabelecer um padrão sobre quem são esses indivíduos sem nome e, similarmente, realizar uma análise comparativa sobre os dados coletados.

## AS RELAÇÕES COM OS MORTOS NO POVOADO DE ALMAS

Os estudos realizados por Pereira (2020) apresentam uma etnografia realizada nos moldes comuns da antropologia. A dissertação *Sede eterna: as*

*relações com os mortos no povoado de Almas* foi construída a partir de uma pesquisa que se realizou no período de 2018 a 2020, contudo, seu objeto evidencia-se em meados de 2016, em razão de uma pesquisa encomendada por uma doutoranda da Columbia University. Trata-se, portanto, de um ritual de culto aos mortos que se ampara nas ideias de sofrimento e reparação de danos sofridos por pessoas nos últimos momentos de suas vidas. A morte sempre levantou uma série de especulações, e baseado nessas conjecturas evidencia-se no semiárido cearense um ritual que pode ser entendido por alguns vieses: de fora, pelos sujeitos observadores; e de dentro, pelos sujeitos que realizam a oferenda ritual. Os primeiros lançam o olhar sobre os elementos ofertados, tecendo suas narrativas em razão da exposição, e os últimos elencam e organizam a exposição a fim de atender aos anseios dos mortos.

A investigação compreende a apresentação e análise de um culto aos mortos que consiste, precipuamente, na oferta de água. No povoado de Almas, município de Cariré, Ceará, desenvolve-se um ritual que se baseia na ideia de que os mortos têm sede, os motivos são variados, mas o fato é que eles têm uma sede que precisa ser morta. Nesse intuito, os moradores do povoado depositam sobre os túmulos covas e cenotáfios, garrafinhas *pet* ou copos com água para seus mortos. A narrativa sobre o fato destaca, na memória do falecido, momentos em que ele sofreu de sede. Esses episódios fornecem detalhes que atribuem significados especiais à água ofertada, assim como aos demais elementos que compõem a oferenda ritual.

A morte tem, entre seus significados, a passagem para o Além; neste se ampara a construção de um ritual que prevê a possibilidade de beneficiar o morto e, em contrapartida, o morto beneficia os vivos. Então a oferta de água é elaborada com finalidades que excedem a simples ideia de matar a sede do morto – que nada tem de simples –, a oferta estabelece um contrato de dádiva entre as partes, os vivos e os mortos, assim como revelado por Martínez (2010), em seu estudo sobre os *Rituales de muerte en el sector sur de los Valles Calchaquíes*. “Todas as vezes que a significação de um ato reside mais em seu valor simbólico do que em sua finalidade mecânica, já estamos no caminho do procedimento ritual”, afirma Bayard (1996, p. 7).

Paulino (2012, p. 55) compreende a etnografia como “[...] recurso que proporciona, a partir do olhar por dentro de uma microesfera, a provocação de reflexões mais amplas, inclusive sobre questões que não são determinadas exclusivamente no campo da cultura”. A partir dessa visão sobre o método etnográfico, o trabalho foi desenvolvido, inspirado nas reflexões de Guber (2011, 2013), ao compreender o trabalho de campo sob as perspectivas de “participar para observar” e “observar para participar”.

Um antropólogo não se limita a observar o campo; ele convive com outros sujeitos, buscando informações e, por vezes, compartilhando conhecimento e trocando ideias. Essa interação ocorre sem a necessidade de uma troca mercantil explícita – um pagamento e um recebimento – entre as partes envolvidas. Os sujeitos, sobretudo o antropólogo, como indica Caldeira (1988), se transformam e reelaboram sua experiência ao sair do campo. Daí segue-se à escrita etnográfica, mesmo que parte dela tenha se iniciado em campo, com as anotações, a “[...] real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar” (Clifford, 1998, p. 41). É nesse outro lugar que as informações são sistematizadas e analisadas.

Ao obter as informações necessárias, o antropólogo/pesquisador inicia a escrita etnográfica alinhando as informações de modo que traduza, de certa forma, a cultura estudada para estudiosos e outros leitores. As teorias cunhadas por Turner (2005, 2008) e Le Breton (2016) estão entres os principais estudos que utilizei como modelo para construir a narrativa, ao compreender e relacionar o método de análise do ritual elaborado por Turner e as sensorialidades do corpo ao mundo a que ele está exposto estudadas por Le Breton.

Nesse estudo, a colaboração dos interlocutores foi mister para o delineamento da dissertação, bem como dos detalhes evidenciados no decorrer das narrativas produzidas com o intuito de apresentar o culto aos mortos e suas nuances no ritual desenvolvido no povoado de Almas, tal qual suas minúcias e desejos latentes ao ofertar água, alimentos e outros objetos aos mortos. O desejo de retribuição estava contido na oferta ao compreender que o falecido familiar tinha obrigações com os parentes vivos.

A partir do exposto, o uso da etnografia se revela fundamental, pois possibilita uma imersão profunda no cotidiano da comunidade estudada e em suas práticas culturais. Ao investigar corpos, sensações e emoções, essa abordagem se torna imprescindível, permitindo a observação e a participação em rituais e práticas simbólicas que não seriam adequadamente compreendidas por meio de uma análise distante. Com base na observação participante, o pesquisador é capaz de captar as nuances e significados que os sujeitos envolvidos atribuem às suas vivências corporais e emocionais, enriquecendo assim a análise e a interpretação das dinâmicas sociais em questão.

A pesquisa etnográfica realizada no povoado de Almas revelou a profundidade das práticas simbólicas em torno da morte. O gesto de oferecer água aos mortos vai além de um simples ato de compaixão, estabelecendo também um contrato de reciprocidade entre vivos e mortos. Essa interação simbólica só pôde ser compreendida plenamente graças à imersão no campo, que permitiu captar as sutilezas culturais e os significados mais profundos relacionados ao ritual.

## A MORTE INSTITUCIONALIZADA

O fazer antropológico em contexto urbano exige um esforço contínuo que Da Matta (1978) já havia ressaltado: transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico. Isso significa que devemos lidar com questões que, à primeira vista, parecem banais, mas que frequentemente passam despercebidas ou são tratadas como corriqueiras. É preciso, portanto, ressignificar o ordinário, questionando o que nos é familiar e conferindo-lhe um olhar crítico, como se fosse algo novo.

No entanto, ao estudar a morte em uma sociedade ocidentalizada, esse tema dificilmente se torna familiar e confortável para o diálogo. Para muitos, a morte ainda é um tabu, um assunto a ser evitado. No contexto médico-legal, contudo, é impossível fugir da morte e do processo de morrer. Lidar com esse fato é essencial para a mudança formal da condição de vivo para falecido perante o Estado. Como aponta Medeiros (2018, p. 74), “a institucionalização dos processos de morrer e da morte constitui uma série de práticas científicas e burocráticas que definem se um corpo está morto, a qual indivíduo corresponde aquele cadáver, como ocorreu aquela morte e quem foi o responsável”.

Na dissertação de mestrado denominada *Negro demais para ser branco, branco demais para ser negro: um estudo sobre ancestralidade a partir de laudos periciais do Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues* (2024), busquei investigar, analisar e interpretar laudos periciais emitidos no Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, estudando os documentos datados de 2016 a 2020. Cada documento examinado refere-se a um indivíduo sem nome, em avançado estágio de decomposição, dificultando métodos usuais de identificação, como a necropsopia. Para os antropólogos forenses, os remanescentes humanos carregam e revelam histórias próprias; nessa pesquisa, contudo, os laudos serviram como minha principal fonte para compreender quem foram essas pessoas. Na perspectiva dos antropólogos que estudam os corpos, os remanescentes humanos se expressam por si mesmos. No entanto, nessa pesquisa, os laudos foram a minha principal fonte, permitindo compreender quem eram aquelas pessoas.

Embora o estudo fizesse parte de um programa de pós-graduação em Arqueologia, seu objetivo inicial, além da análise documental, incluía o estudo do trabalho dos antropólogos forenses por meio do método etnográfico, que aprendi durante a graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia. No entanto, devido a questões burocráticas e de sigilo institucional, não obtive permissão para realizar a pesquisa diretamente com os peritos e legistas presentes no local, nem acompanhar o trabalho passo a passo, o que limitou o acesso ao

cotidiano da prática forense. Machado, Silva e Menezes (2021), ao tratarem dos dilemas e desafios do pesquisador de campo na área da saúde, abordam a dificuldade do pesquisador ao desenvolver algumas pesquisas em determinados campos, sem que haja uma inserção anterior ou algo que lhe classifique como sujeito necessário no espaço que ocupa. Em seu caso, as autoras comunicam que a dupla identidade, pesquisadora e profissional de saúde, facilitou seu trabalho de pesquisa em saúde.

Recorri ao método documental, que envolve a coleta de dados a partir de documentos. Embora se assemelhe à pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental se diferencia pela natureza de suas fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se fundamenta nas contribuições de autores sobre um tema específico, a pesquisa documental utiliza materiais ainda não analisados, como documentos de arquivos de órgãos públicos e instituições privadas (Gil, 2002).

O objetivo central foi coletar informações sobre as características fenotípicas das ossadas humanas, vestígios de cultura material encontrados junto aos corpos e os dados documentados em boletins de ocorrência. A partir da etnografia documental, é possível interpretar as múltiplas vozes e mãos envolvidas na confecção desses documentos, sua dimensão material, sua inter-relação com outros registros e ações, além das lacunas que deixam (Vianna, 2014).

Vianna (2014) reflete sobre o uso dos documentos como campo etnográfico, destacando que eles podem ser entendidos como construtores da realidade, tanto pelo que produzem quanto pelo contexto em que estão inseridos. Os laudos periciais, por exemplo, ao descreverem um indivíduo, “[...] selam um destino, sob a forma de sentença final, que ficará arquivado e poderá ser consultado, mediante condições específicas, por diferentes atores em diferentes momentos” (Vianna, 2014, p. 47).

Analisei laudos periciais, buscando informações relacionadas ao perfil bioantropológico do indivíduo, tal qual sexo, ancestralidade e altura. Ademais, anotei informações sobre imagens presentes no documento, estado de completude do corpo, nome do indivíduo, quando identificado, e, nesses casos, informações presentes no boletim de ocorrência. A coleta desses dados foi realizada com o intuito de encontrar um padrão entre os corpos que adentram o Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues.

Concomitante a isso, essas informações foram sistematizadas em uma planilha Excel para posterior análise quantitativa e qualitativa dos dados apreendidos, os quais foram separados por ano. Para melhor visualização das informações mensuráveis, como faixa etária e altura, gerei gráficos a fim de apresentar a porcentagem das categorias estabelecidas.

A análise qualitativa foi realizada a partir das descrições presentes nos laudos, nos boletins de ocorrência e em descrições, feitas por mim, das imagens presentes nos arquivos. Com isso, comparei os dados obtidos e encontrei uma questão em destaque: a incoerência entre a atribuição de ancestralidade nos boletins de ocorrência, ancestralidade atribuída pelos médico-legistas com base em traços morfológicos e a análise<sup>3</sup> das fotos dos indivíduos.

Dentre os 207 laudos estudados, mais de 50% tiveram sua identidade não identificada, enquanto aqueles que foram identificados, muitas vezes, divergiam entre as três categorias postas anteriormente. Muitos indivíduos foram declarados por familiares como “pardos”, “moreno claro”, “moreno escuro”, enquanto eram identificados pelos legistas como “mestiços com predomínio caucasiano” ou “mestiços com predomínio africano” e, nas imagens, retratava uma pessoa de pele retinta.

Em muitos casos, houve a predominância de categorias ambíguas como “mestiços” ou “pardos” que, de fato, dificulta a identificação positiva – atribuição da identidade ao corpo –, tendo em vista que estes são os dados utilizados para comparar com os dados médico-legais e identificar aquele corpo. Tais categorias eram utilizadas tanto por pessoas lidas socialmente como brancas como para pessoas entendidas socialmente como negras. Como consequência, discorri a respeito da ancestralidade e da necessidade de se debater autorreconhecimento racial, métodos de identificação antropológicos de ancestralidade e colorismo na sociedade brasileira.

Em suma, realizei a constituição estatística dos dados, buscando elementos que se repetem, valendo do método comparativo, o qual se ocupa “[...] da explicação dos fenômenos e permite analisar o dado concreto, deduzindo desse, [...] os elementos constantes, abstratos e gerais” (Marconi; Lakatos, 2007, p. 107). O meu campo, portanto, ao contrário do clássico de Malinowski, não foi a instituição médico-legal nem os sujeitos que ali transitavam, mas os documentos que ali se encontravam. Para Radcliffe-Brown (1978), sem a existência de estudos comparativos sistemáticos, a antropologia se torna apenas historiografia e etnografia.

Nessa perspectiva, em um contexto em que a realização de um campo antropológico usual não era possível, utilizei a análise documental e os estudos comparativos para apreender informações sobre o grupo estudado. Isto posto, pode-se entender o limite da pesquisa, em que a metodologia deve ser adequada ao campo, e não o contrário.

---

3 Para a atribuição de uma categoria étnica, utilizei critérios utilizados por bancas de heteroidentificação racial.

## **O USO DE DIFERENTES ABORDAGENS NOS ESTUDOS SOBRE A MORTE**

Conforme estudos realizados por Geertz (1989), Ingold (2015) e Uriarte (2012), está entre as ideias do senso comum a concepção de que não há antropologia sem etnografia. Na contramão, Giumbelli (2002) questiona a naturalização da ideia de que a antropologia e o trabalho de campo sejam semelhantes. Para o autor, entender dessa maneira significa ignorar que esse tipo de trabalho não é exclusivo da antropologia e que, tampouco, possam existir trabalhos antropológicos em que ir a campo não seja necessário.

Nesse ponto de vista, Ingold (2015) evidencia que a antropologia visa buscar entendimento abundante, comparativo e crítico do ser humano, de maneira que aspira adquirir conhecimento do mundo em que todos nós habitamos. A etnografia, por outro lado, é um método que visa descrever a vida das outras pessoas, com precisão e sensibilidade, mediante uma observação minuciosa e da experiência em primeira mão.

A atuação no campo da antropologia, nesse ínterim, deve ser feita a partir das possibilidades do estudo. Deve-se, portanto, utilizar os métodos mais adequados para o trabalho a ser realizado. Utilizando, como base, os exemplos deste artigo, notamos como tanto a etnografia quanto o trabalho documental podem ser úteis, a depender de cada necessidade. Pode-se compreender, a partir das informações postas neste trabalho, que as metodologias do trabalho antropológico são plurais.

Ainda que a morte possa ser vista como um fenômeno universal, os métodos escolhidos para estudá-la revelam diferentes perspectivas, sejam culturais, simbólicas ou institucionais. No estudo etnográfico realizado no povoado de Almas, os aspectos simbólicos e rituais da morte foram evidenciados. A oferta de água aos mortos revelou dinâmicas relacionais nas quais os vivos mantêm um contrato de reciprocidade com os falecidos, buscando benefícios espirituais em troca da realização de um ato simbólico. A imersão no campo possibilitou captar as narrativas locais e observar as práticas em seus contextos de significado, evidenciando, por exemplo, como memórias de sofrimento em vida influenciam a escolha dos elementos rituais ofertados aos mortos.

Por outro lado, no estudo realizado no Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, a análise documental revelou uma abordagem distinta, destacando as dimensões legais e institucionais da morte. Ao examinar os laudos periciais, foi possível perceber como categorias como “ancestralidade” e “cor” são utilizadas inconsistentemente, tanto pelos

legistas quanto pelas famílias. Enquanto familiares classificavam os corpos como “pardos” ou “moreno escuro”, os laudos frequentemente apresentavam descrições como “mestiço com predominância africana”, mostrando uma desconexão entre a percepção social e os critérios institucionais. Como resultado, essa metodologia revelou como o processo de identificação, ainda que estruturado por burocracias legais, contém subjetividades e espaços para a interpretação.

No primeiro trabalho, a metodologia etnográfica permitiu acessar o universo simbólico dos rituais de luto, evidenciando a centralidade das relações sociais e espirituais no contexto estudado. No segundo, a análise documental abordou a formalização burocrática da morte e suas implicações práticas, tal qual a dificuldade de identificação de corpos e a ambiguidade de categorias raciais. Essas diferenças demonstram a pluralidade do fenômeno e reforçam o caráter múltiplo do trabalho antropológico, que se molda conforme o objeto e o contexto da pesquisa.

Dessa forma, as diversas metodologias aplicadas nos estudos questionam a ideia de que esse fenômeno pode ser compreendido de maneira universal. As perspectivas simbólicas e institucionais surgem não apenas como recortes de um mesmo objeto, mas como manifestações, as quais, embora interligadas, possuem dinâmicas próprias que só podem ser compreendidas a partir das lentes metodológicas adequadas a cada contexto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que o estudo sobre a morte nos permite a aplicação de metodologias diversas. Com o intuito de ampliar nosso entendimento sobre esse fenômeno complexo e multifacetado, norteamos nossa investigação em torno da seleção de metodologias sensíveis às nuances culturais e capazes de capturar a riqueza das experiências humanas relacionadas à morte, ao mesmo tempo em que enfrentamos as barreiras éticas e epistemológicas inerentes à Antropologia da Morte que se iniciam desde o projeto de estudos, seguido pela pesquisa de campo ou análise de documentos, culminando com a escrita final que revela os dados obtidos e a problematização empreendida (Martínez; Irrazábal, 2022).

A abordagem pluridisciplinar se revelou fundamental para uma compreensão abrangente da morte, considerando suas dimensões sociais, culturais, religiosas, psicológicas e até mesmo legais. Ao adotarmos uma postura reflexiva e crítica, pudemos vislumbrar a diversidade de perspectivas que permeiam o tema da morte e como elas se manifestam de forma única em diferentes grupos e contextos sociais.

Apresentamos duas pesquisas antropológicas, resultados de dois trabalhos realizados no âmbito de mestrado, que, por sua natureza holística e contextual, mostraram-se como modelos relevantes para a investigação da morte, permitindo-nos mergulhar nas complexidades das práticas, rituais, crenças relacionadas ao fim da vida e as questões éticas e burocráticas relacionadas ao acontecimento. Por meio de metodologias como a observação participante, as entrevistas e a análise de documentos, pudemos acessar o universo simbólico que cerca a morte e compreender seu significado.

Do mesmo modo, entende-se que as metodologias não devem ser rígidas nem preconcebidas, mas sim adaptadas às especificidades de cada contexto e objeto de estudo. A escolha de métodos adequados para cada situação é fundamental, pois permite que o antropólogo compreenda as dinâmicas sociais e culturais de forma mais precisa. Assim, o trabalho antropológico vai além da pesquisa de campo e da etnografia, envolvendo uma ampla gama de abordagens – desde análises qualitativas, como entrevistas e observação participante, até técnicas quantitativas e interdisciplinares.

Entretanto, ao lidar com um tema tão sensível e pessoal, é imprescindível reconhecer e respeitar os limites éticos e epistemológicos que permeiam nossa pesquisa. A necessidade de obter o consentimento informado dos participantes, proteger sua privacidade e preservar a dignidade dos mortos são princípios que devem orientar todas as etapas do processo de investigação. É importante reconhecer que nossa própria posição como pesquisadores influencia inevitavelmente a forma como interpretamos e representamos a morte. Portanto, é fundamental adotar uma postura reflexiva e crítica em relação aos nossos próprios preconceitos e pressupostos, buscando sempre ampliar nossa compreensão e sensibilidade em relação a esse tema tão universal e, similarmente, tão particular.

A Antropologia da Morte nos oferece um campo fértil para a reflexão sobre a condição humana e as diferentes formas como lidamos com a finitude da vida. As metodologias plurais nos permitem prever e, de certa forma, contornar as barreiras éticas e epistemológicas que surgem na pesquisa, enriquecendo nosso conhecimento sobre a morte e contribuindo para uma maior compreensão e respeito pela diversidade cultural e pela complexidade das experiências humanas em torno desse tema tão fundamental para a existência humana.

Analisando as informações supracitadas, a escolha metodológica impacta diretamente a construção do objeto de estudo. A decisão de utilizar a etnografia no estudo dos rituais mortuários no semiárido cearense destaca a dimensão simbólica e relacional da morte, onde os falecidos se conectam com os vivos, estabelecendo uma relação de reciprocidade. Por outro lado, a análise documental

realizada no Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal  
Nina Rodrigues adota uma perspectiva mais burocrática da morte, entendendo-a  
dentro de um pensamento secularizado.

## REFERÊNCIAS

- BAYARD, Jean Pierre. *Sentido oculto dos ritos mortuários*. Morrer é morrer? São Paulo: Paulus, 1996.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.
- CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.
- DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues” In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIUMBELLI, Emerson. Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskianas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 91-107, fev. 2002.
- GUBER, Rosana. *El salvage metropolitano: reconstrucción del conocimiento social en el trabajo de campo*. Buenos Aires: Paidós, 2013.
- GUBER, Rosana. *Método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- HALLAM, Elizabeth; HOCKEY, Jenny. *Death, Memory and Material Culture*. Abingdon: Berg Publishers, 2001.
- INGOLD, Tim. *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- LE BRETON, David. *Antropologia dos sentidos*. Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MACHADO, Renata de Moraes, SILVA, Nathalia Ramos da; MENEZES, Rachel Aisengart. Emoções na pesquisa etnográfica: dilemas e desafios de pesquisadoras

em campo. In: FERREIRA, Jaqueline; BRANDÃO, Elaine Reis (org.). *Reflexividade na pesquisa antropológica em saúde: desafios e contribuições para a formação de novos pesquisadores*. Brasília: Ed. UnB, 2021. p. 99-122.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução - Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. *Os argonautas do Pacífico ocidental*. São Paulo: Abril cultural, 1978. p. 17-34. (Coleção Os pensadores).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINEZ, Bárbara Betsabé. Rituales de la muerte en el sector sur de los Valles Calchaquíes. In: HIDALGO, Cecilia (comp.). *Etnografías de la muerte: rituales, desapariciones, VIH/SIDA y resignificación de la vida*. Buenos Aires: Ciccus ediciones, 2010. p. 87-108.

MARTÍNEZ, Bárbara Betsabé; IRRAZÁBAL, María Gabriela. Etnografia e ética nos estudos sobre a morte e o morrer. *Revista M.: estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 112-126, jan./jun. 2022. DOI: 10.9789/2525-3050.2022.v7i13.112-126. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/11057>. Acesso em: 25 out. 2024.

MEDEIROS, Flavia. O morto no lugar dos mortos: classificações, sistemas de controle e necropolítica no Rio de Janeiro. *Revista M.: estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 72-91, jan./jun. 2018. DOI: 10.9789/2525-3050.2018.v3i5.72-91. Disponível em: <https://seer.unirio.br/revistam/article/view/8186>. Acesso em: 9 fev. 2024.

OLIVEIRA, Renato Alves de. Antropologia da morte. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 53, n. 1, p. 203-224, 2021. DOI: 10.20911/21768757v53n1p203/2021. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/4534>. Acesso em: 1 fev. 2024.

PAULINO, Antonio George Lopes. *Economia solidária como projeto cultural e político: a experiência do Banco Palmas*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, v. 1, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PEREIRA, Américo José Pinheira. A morte como horizonte antropológico. *Synesis*, Petrópolis, RJ, v. 9, n. 2, p. 1-14, ago./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ucp.br/seer/index.php/synesis/article/view/1376/643>. Acesso em: 1 fev. 2024.

PEREIRA, Antonio Renaldo Gomes. *Sede eterna: as relações com os mortos no povoado de Almas*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PEREIRA, Valentina da Silva Dias. *Negro demais para ser branco, branco demais para ser negro: um estudo sobre ancestralidade a partir de laudos perícias do Departamento de Antropologia Forense do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues*. 2024. Dissertação

(Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, São Raimundo Nonato, PI, 2024.

PEREIRA, Valentina da Silva Dias.; PEREIRA, Antonio Renaldo Gomes. O comportamento ritual diante da morte em comunidades tradicionais do sertão baiano. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, [s. l.], v. 16, n. 5, p. 3032-3050, 2023.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. O método comparativo em antropologia social. In: MELLATI, Julio Cezar (org.). *Radcliffe-Brown: antropologia*. São Paulo: Ática, 1978. p. 43-58. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 3).

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SONEGHET, Lucas Faial; MENEZES, Rachel Aisengart. Apresentação do Dossiê – A morte e o processo de morrer nas ciências sociais: perspectivas sobre um fenômeno multidimensional. *Mediações: revista de ciências sociais*, Londrina, v. 28, n. 1, p. 1-16, 2023. DOI: 10.5433/2176-6665.2023v28n1e47624. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/47624/48705>. Acesso em: 12 out. 2024.

THOMAS, Louis-Vincent. *Antropología de la muerte*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

TURNER, Victor. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica da sociedade humana*. Tradução de Fabiana de Moraes. Niterói: EdUFF, 2008.

TURNER, Victor. *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*, [s. l.], n. 11, 2012. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.300>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/300>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio R. R.; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla C. (org.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014. p. 43-70.